



AUXILIAR ADMINISTRATIVO – 21 A 40

21. (PMA/URCA 2026) Segundo o Manual de Redação da Presidência da República, redação oficial é a maneira pela qual o Poder Público redige comunicações oficiais e atos normativos. Tal escrita possui uma série de atributos. Um dos atributos se caracteriza por conseguir transmitir o máximo de informações com o mínimo de palavras, excluindo palavras inúteis, redundâncias e passagens que nada acrescentem ao que já foi dito. Trata-se da:

- A) clareza.
- B) precisão.
- C) concisão.
- D) coesão.
- E) coerência.

22. (PMA/URCA 2026) O documento padrão ofício é constituído de vários elementos. Um desses possui, além da finalidade de arrematar o texto, a saudar o destinatário. Trata-se da(o):

- A) identificação do expediente.
- B) fechos para comunicações.
- C) endereçamento.
- D) identificação do signatário.
- E) texto do documento.

23. (PMA/URCA 2026) A elaboração e redação das leis e normas jurídicas em geral devem seguir certas regras, contidas na Lei Complementar No 95, de 26/02/98. Assinale a alternativa correta sobre as divisões estruturais em textos legais:

- A) alínea é a unidade básica para apresentação, divisão ou agrupamento de assuntos em um texto normativo;
- B) o artigo é indicado pela abreviatura “Art.”, seguida de numeração cardinal até o nono e ordinal a partir do artigo dez;
- C) o parágrafo constitui a imediata divisão de um inciso;
- D) os incisos são utilizados como elementos discriminativos de artigo ou parágrafo;
- E) as alíneas são representadas por números cardinais.

24. (PMA/URCA 2026) Na Teoria das Três Idades, esquema adotado para o gerenciamento dos arquivos, o conjunto de documentos que finalizaram o cumprimento da função para a qual foram criados e são mantidos para cumprimento de prazo e seleção para destinação final, conforme estabelecido em tabela de temporalidade e destinação de documentos, é chamado de:

- A) arquivo corrente.
- B) arquivo permanente.
- C) arquivo ordinário.
- D) arquivo definitivo.
- E) arquivo intermediário.

25. (PMA/URCA 2026) Acerca do levantamento de atos normativos e instrumentos arquivísticos, considere as seguintes afirmações e assinale a alternativa correta:

- I. Manual de gestão de documentos: documento que tem como objetivo estabelecer procedimentos regulares no tocante à produção, tramitação, arquivamento e destinação dos documentos arquivísticos, de acordo com as normas e a legislação vigente;
- II. Manual de procedimentos de protocolo: documento que apresenta orientações e informações essenciais para a padronização da escrita e da linguagem, visando à uniformidade, bem como identifica os canais de comunicação;
- III. Código de classificação de documentos: é um esquema de distribuição de documentos em classes, de acordo com métodos de arquivamento específicos, elaborado a partir do estudo das estruturas e funções de uma instituição e da análise do arquivo por ela produzido;
- IV. Tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo: define as categorias de usuários e as permissões de acesso e uso do sistema de gestão arquivística para produção, leitura, atualização e eliminação dos documentos.

- A) somente I e III estão corretas;
- B) somente II e IV estão corretas;
- C) I, II e III estão corretas;
- D) II, III e IV estão corretas;
- E) todas estão corretas.

26. (PMA/URCA 2026) Pode-se dizer que a Administração Pública evoluiu por meio de três modelos básicos. O modelo de Max Weber que passou a ser difundido na Europa, e posteriormente no Brasil, é chamado:

- A) patrimonial.
- B) burocrático.
- C) gerencial.



D) *consumerism*.

E) *Public Service Orientation*.

27. (PMA/URCA 2026) A administração indireta é o conjunto de entes que, vinculado a algum órgão da administração direta, prestam serviços públicos ou de interesse público. A Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, trata-se de uma:

A) Autarquia.

B) Fundação Pública de Direito Público.

C) Fundação Pública de Direito Privado.

D) Empresa Pública.

E) Sociedade de Economia Mista.

28. (PMA/URCA 2026) O agente público é todo aquele que presta qualquer tipo de serviço ao Estado, que exerce qualquer atividade pública. O ocupante de cargo na administração indireta, nas empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas de direito privado, contratados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), são agentes públicos do tipo:

A) agentes honoríficos.

B) servidores públicos.

C) agentes delegados.

D) empregados públicos.

E) agentes credenciados.

29. (PMA/URCA 2026) Analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa correta sobre os princípios básicos da Administração:

- I. segundo o princípio da moralidade, o administrador público não pode, mediante mero ato administrativo, conceder direitos, estabelecer obrigações ou impor proibições aos cidadãos;
- II. o princípio da publicidade determina que o interesse público deve prevalecer sobre o interesse privado, em caso de conflito entre eles;
- III. o princípio da impessoalidade compreende a igualdade de tratamento que a administração deve dispensar aos administrados que estejam na mesma situação jurídica;
- IV. o princípio da eficiência tem o objetivo de coibir excessos, por meio da aferição da compatibilidade entre os meios e os fins da atuação administrativa, para evitar restrições desnecessárias ou abusivas.

A) V – F – V – F;

B) F – V – F – V;

C) F – F – V – F;

D) V – V – F – F;

E) V – V – V – V.

30. (PMA/URCA 2026) Dentre as formas de classificação dos serviços públicos, aqueles que a Administração Pública presta para atender a coletividade, sendo de utilização facultativa pelo consumidor, custeados por tarifas públicas, tais como telefone e energia elétrica, são chamados de:

A) *uti singuli*.

B) *uti servitium*.

C) *uti servitia*.

D) *uti universi*.

E) *uti generalia*.

31. (PMA/URCA 2026) Além dos princípios gerais que a CF/88 estabelece, estes fazem parte dos princípios específicos dos serviços públicos, com exceção de:

A) profusão.

B) continuidade.

C) regularidade.

D) modicidade.

E) cortesia.

32. (PMA/URCA 2026) A Parceria Público-Privada (PPP) se refere a um contrato administrativo que tem por objeto a concessão de serviços públicos ou obras públicas. Assinale a alternativa correta acerca das PPPs:

A) a modalidade de concessão patrocinada é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens;

B) é vedada a celebração de PPP cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

C) o prazo de vigência do contrato não pode ser inferior a 3 (três), nem superior a 30 (trinta) anos, já incluindo eventual prorrogação;

D) é lícita a celebração de contrato que tenha como objeto único o fornecimento de mão-de-obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública;

E) a contratação de parceria público-privada será precedida de licitação na modalidade tomada de preço ou convite.



33. (PMA/URCA 2026) Atributos dos atos administrativos são características inerentes que diferenciam os atos da Administração Pública dos atos de direito privado. Assinale a alternativa que não condiz com um desses atributos:

- A) imperatividade.
- B) autoexecutoriedade.
- C) tipicidade.
- D) presunção de legitimidade e veracidade.
- E) impessoalidade.

34. (PMA/URCA 2026) Os elementos do ato administrativo são componentes essenciais para a validade de uma ação da Administração Pública. Dentre eles, aquele que é o fundamento de fato e de direito que autoriza a expedição do ato, se refere ao elemento do tipo:

- A) competência.
- B) finalidade.
- C) forma.
- D) motivo.
- E) objeto.

35. (PMA/URCA 2026) Dentre as espécies de atos administrativos, os atos ordinários são aqueles que disciplinam o funcionamento da Administração e a conduta funcional de seus agentes. Assinale a única alternativa em que todos os itens se referem a atos ordinários:

- A) resoluções – regulamentos – avisos;
- B) instruções – autorização – atestados;
- C) licença – ofícios – pareceres;
- D) circulares – portarias – despachos;
- E) multa – advertência – suspensão.

36. (PMA/URCA 2026) O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários, salvo comprovada má-fé, tem prazo decadencial de:

- A) 3 anos.
- B) 4 anos.
- C) 5 anos.
- D) 6 anos.

E) 7 anos.

37. (PMA/URCA 2026) De acordo com a Lei Nº 14.133/2021 os contratos podem ser alterados com acréscimo ou supressão de valores. No caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de:

- A) 10%
- B) 20%
- C) 30%
- D) 40%
- E) 50%

38. (PMA/URCA 2026) Segundo os valores atualizados estabelecidos na Lei Nº 14.133/2021, no caso de outros serviços e compras, a licitação é dispensável para valores inferiores a:

- A) R\$ 10.478,74
- B) R\$ 13.098,41
- C) R\$ 50.000,00
- D) R\$ 65.492,11
- E) R\$ 130.984,20

39. (PMA/URCA 2026) Assinale a alternativa correta sobre o estatuto dos servidores do município de Assaré-CE:

- A) o servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público após completar 3 (três) anos de efetivo exercício;
- B) progressão é a passagem de servidor de uma referência para a seguinte, na mesma classe, obedecidos os critérios de antiguidade e merecimento;
- C) promoção é a passagem do servidor de qualquer classe de nível básico para a inicial de nível médio ou superior, ou de qualquer classe de nível médio para a primeira de nível superior, obedecidos os critérios exigidos para o ingresso nas respectivas carreiras, disposto no regulamento do plano de carreira;
- D) transferência é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica;
- E) redistribuição é o deslocamento do servidor a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.



40. (PMA/URCA 2026) Segundo o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e suas alterações, referentes ao município de Assaré, a critério da administração, poderão ser concedidas ao servidor público ocupante de cargo efetivo, licenças para o trato de assuntos particulares, pelo prazo de:

- A) 2 (dois) anos consecutivos, prorrogável, sem remuneração;
- B) 2 (dois) anos consecutivos, prorrogável, com remuneração;
- C) 1 (um) ano, prorrogável pelo mesmo período, sem remuneração;
- D) 1 (um) ano, prorrogável pelo mesmo período, com remuneração;
- E) 1 (um) ano, sem prorrogação, sem remuneração.